

ARTIGO ORIGINAL

Como Pais e Professores Avaliam um Almanaque Sobre Educação Sexual Para Estudantes do Ensino Básico?

Maria Valéria Pavan¹; Rafaella de Almeida Sousa²;
Luisa Hercowitz Tagnin³; Luiza Lista Bertonha⁴; Rebeca da Silva Sousa⁵;
Helena Boldrini Niero⁶; Fernando Antonio de Almeida⁷

Destaques:

(1) A avaliação do Almanaque Educação Sexual evidenciou que ele atende às necessidades de professores e pais/responsáveis no processo de educação sexual dos estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio. (2) O Almanaque foi considerado pelos participantes como uma boa estratégia para aproximar pais e filhos nessa difícil tarefa da educação sexual. (3) Os pais e professores sugerem que o Almanaque Educação Sexual seja apresentado e utilizado pelos adolescentes após os 11 anos de idade.

RESUMO

Este estudo é parte de um projeto de extensão de um curso de Medicina, no interior do Estado de São Paulo, destinado a estimular a educação sexual, prevenir a gravidez e promover a saúde na adolescência. Nele, estudantes de Medicina trabalham com alunos do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas. As atividades interativas com os adolescentes incluem rodas de conversas, oficinas e teatralizações. Os estudantes de Medicina desenvolveram um almanaque sobre educação sexual para ser utilizado pelos estudantes do ensino básico que auxilia os pais no processo de educação sexual. O almanaque interativo apresenta atividades recreativas educacionais, desenhos explicativos, história em quadrinhos, caça-palavras e informações técnicas. *Objetivo:* este estudo procurou avaliar, na visão dos pais/responsáveis e dos professores, a utilidade deste almanaque, a idade adequada para que seja utilizado pelos estudantes e coletar sugestões de como utilizá-lo e aperfeiçoá-lo. *Métodos:* estudo qualitativo em que os participantes responderam a um questionário semiestruturado aberto, emitiram suas opiniões sobre os termos, figuras e exemplos utilizados, se estavam adequados, opinaram sobre a idade mais apropriada para apresentá-lo aos estudantes e se poderia ajudar a aproximar pais e filhos na tarefa da educação sexual. *Resultados:* participaram 12 professores e 20 pais ou responsáveis. O almanaque foi aprovado por todos os professores e por 90% dos pais ou responsáveis, que fizeram comentários e sugestões para a utilização, na forma impressa ou virtual. *Conclusão:* professores e pais consideraram o almanaque um instrumento útil para aproximar pais e filhos na tarefa da educação sexual.

Palavras-chave: educação em saúde; educação sexual; adolescência; gravidez na adolescência; infecções sexualmente transmissíveis; abuso sexual na infância.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-8804-2499>

² Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil. <https://orcid.org/0009-0009-2366-2297>

³ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-2305-5982>

⁴ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-7095-9060>

⁵ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1644-678X>

⁶ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-9955-852X>

⁷ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo/SP, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-9404-9707>

INTRODUÇÃO

A adolescência, segundo a Organização Mundial da Saúde, estende-se dos 10 aos 19 anos de idade, com uma população estimada de 30.149 milhões de brasileiros adolescentes, que corresponde a 13,9% da população em 2024¹. É um período de reconhecimento da sexualidade e das mudanças que a adolescência projeta no seu corpo, deixando a infância para trás¹.

A organização individual que se seguirá aos rompimentos e construções proporcionadas por esse turbilhão de experiências próprias da adolescência dependerá de uma série de fatores protetores, como família, amigos, escola e tudo que envolva o seu entorno². Para que meninas e meninos não tenham de enfrentar essa experiência desafiadora sozinhos, ou apenas na companhia de amigos da mesma idade, que também estão se descobrindo, é importante que os núcleos protetores e os próprios adolescentes estejam orientados e fortalecidos sobre as etapas a serem vencidas³.

Além de todas as mudanças próprias da idade, crianças e adolescentes sofrem também com a violência a que são submetidos. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a prevalência de violência sexual (no mundo) pode variar de 9% a 20% contra as meninas e 3% a 8% contra os meninos menores de 18 anos⁴.

A responsabilidade e o papel da escola em relação aos direitos e à proteção da criança e do adolescente, assumidos na Constituição de 1988⁵, são definidos na Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)⁶. Depois, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (2018, 2021) a educação sexual foi inserida como um tema transversal nos Ensinos Fundamental e Médio^{7,8}. Já a Base Nacional Comum Curricular⁹, documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, explícita que estudantes, já no 8º ano do Ensino Fundamental, devem ser capazes de discutir,

[...] analisar e explicar as transformações que ocorrem na puberdade, considerando a atuação dos hormônios sexuais e do sistema nervoso [...]; comparar o modo de ação e a eficácia dos diversos métodos contraceptivos e justificar a necessidade de compartilhar a responsabilidade na escolha e na utilização do método mais adequado à prevenção da gravidez precoce e indesejada e de doenças sexualmente transmissíveis [...]; discutir estratégias e métodos de prevenção e selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)⁹.

Em 2021 a prevenção da violência contra a mulher foi inserida nos currículos da educação básica e foi instituída a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher¹⁰.

Embora o Brasil tenha avançado nos indicadores de saúde e bem-estar, entre os adolescentes ainda há muito para se fazer, principalmente em relação aos riscos de morte, violência, inclusive doméstica e exclusão escolar¹. Sem uma orientação familiar e de outros núcleos formadores, como a escola, os adolescentes tornam-se mais vulneráveis e suscetíveis aos riscos a que estão submetidos.

Neste sentido, o Brasil dispõe de informações muito precisas oriundas da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), que vem avaliando, desde 2009, o comportamento dos escolares¹¹. Foi desenvolvida como uma ação do Ministério da Saúde em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e foi apoiada pelo MEC¹¹. Sua última versão (2019) teve a amostragem muito representativa, de aproximadamente 188 mil estudantes entre 13 e 17 anos, de 4.361 escolas (públicas e privadas) em 1.288 municípios do território nacional¹¹. Segundo essa pesquisa, 35,4% do total de entrevistados teve relação sexual alguma vez (37,5% da rede pública e 23,1% da rede privada) e, desse percentual, 36,6% relataram que isso ocorreu antes dos 13 anos de idade¹¹. Entre escolares do sexo feminino que tiveram relação sexual, 7,9% engravidaram alguma vez na vida e, desse total,

8,4% são oriundas de escolas públicas e 2,8% de escolas privadas. Essa assimetria social é ainda maior nas áreas mais vulneráveis. Na Região Nordeste foram relatadas as maiores taxas de gravidez na adolescência, 10,9% das alunas, com 11,6% em escolas públicas e 2,3% em escolas privadas¹¹.

A educação sexual pressupõe que o adolescente assume seu corpo de forma livre, sem culpa, vergonha ou medo. A educação emancipatória presume o desdobramento de ações educativas, propiciando autonomia, responsabilidade, superando preconceitos e tabus¹². Para isso, no entanto, é essencial que a preocupação venha dos pais e educadores, que precisam ter consciência do próprio comportamento e do comportamento do outro, com respeito e sem preconceitos, para promover uma educação sexual sadia. Também é importante que os profissionais de saúde reconheçam o seu papel nesse processo educativo¹³.

Neste contexto, desde 2016 estudantes do curso de Medicina de uma faculdade de uma cidade de grande porte do Estado de São Paulo, trabalham em um projeto de extensão curricular que tem por objetivo desenvolver parcerias com escolas públicas para promover a educação sexual aos alunos do ensino básico. O projeto organiza-se em oficinas educativas, desenvolvidas com os estudantes do ensino básico, seus pais ou responsáveis e professores das escolas. Os estudantes de Medicina participam do projeto como parte das atividades curriculares e projetos de iniciação científica ou como atividades complementares^{3,14}.

Em continuidade ao projeto de extensão, entre 2020 e 2021 foi desenvolvido um almanaque sobre educação sexual (<https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/37506>), com o propósito de levar informações seguras sobre desenvolvimento sexual de maneira lúdica. Também se considerou que o almanaque pudesse criar oportunidades de discussão sobre educação sexual entre os estudantes e seus familiares se o material fosse utilizado como tarefa de casa. O objetivo desse estudo foi avaliar, na visão dos pais/responsáveis e dos professores, a utilidade deste almanaque, a idade adequada para que seja utilizado pelos estudantes e coletar sugestões de como utilizá-lo e aperfeiçoá-lo.

Este estudo procurou conhecer a opinião dos professores, pais ou responsáveis pelos estudantes de uma escola pública sobre o almanaque e colher suas impressões e sugestões para aperfeiçoá-lo e adequá-lo às necessidades da comunidade

MÉTODOS

Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório que procurou avaliar as percepções e reações dos participantes em relação a um almanaque sobre educação sexual na adolescência, destinado a estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, seus pais ou responsáveis e seus professores. O Almanaque Educação Sexual está disponível no repositório institucional como um produto técnico-tecnológico descrito como “material didático e instrucional” e pode ser acessado pelo link: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/37506>

PARTICIPANTES DO ESTUDO

Os participantes do estudo foram 12 (doze) professores dos últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, que foram convidados e aceitaram participar, e 20 (vinte) pais ou responsáveis pelos alunos dos Ensinos Fundamental e Médio de uma escola pública urbana pré-qualificada, de uma região do município em que predominam as classes sociais C e D (renda mensal média de 1 a 5 salários-mínimos) e que está incluída no projeto de extensão. Como estudo qualitativo o número de participantes não pode ser estipulado previamente, pois depende da saturação (repetição sistemática) das informações coletadas. O período de coleta de dados foi de agosto a setembro de 2022.

Na fase preparatória foi feita uma apresentação para os pais/responsáveis e professores sobre o projeto e a abordagem que se pretendia utilizar com os estudantes. Os participantes foram selecionados de forma aleatória, por conveniência, contatados em uma reunião de pais e por WhatsApp, com ajuda das coordenadoras acadêmicas da escola, dos dois períodos. Os critérios de inclusão foram: ser pai/mãe ou responsável por algum estudante dos últimos anos do Ensino Fundamental ou Ensino Médio e ter o letramento necessário para avaliar e responder ao questionário. Os 21 (vinte e um) pais/responsáveis presentes na reunião de pais e mestres foram convidados e, destes, 8 (oito) permaneceram após a reunião e aceitaram participar do estudo presencialmente. Antes da aplicação do questionário, foi explicado e realizado o processo de obtenção do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e apresentado o Almanaque Educação Sexual para avaliação. O TCLE, o questionário e o Almanaque também foram enviados virtualmente (WhatsApp) para 28 (vinte e oito) pais/responsáveis e, destes, 12 (doze) enviaram resposta no prazo de duas semanas. A confidencialidade dos dados coletados estava garantida no TCLE. O questionário respondido pelos participantes continha os dados pessoais dos professores (idade, gênero, área de conhecimento e série de atuação) e dos pais ou responsáveis (idade, gênero, relação de parentesco). Foram preestabelecidas 11 (onze) perguntas abertas sobre as percepções em relação aos diferentes aspectos do almanaque: se o aprovaram; se consideravam os termos, figuras e atividades apropriadas; se tinham restrições; qual a idade adequada para a utilização com os estudantes e se tinham comentários ou sugestões para adequação. Todas as perguntas tinham espaço livre para as respostas. No questionário enviado aos professores e aos pais e/ou responsáveis, o termo utilizado para identificar o documento que seria analisado foi “cartilha”, mas, posteriormente, optou-se por identificá-lo como “almanaque”, em razão da sua natureza mais abrangente, da diversidade dos assuntos, das atividades propostas e da sua natureza interativa. Por isso, nas perguntas e respostas dos questionários é referenciado como “cartilha” e neste texto como “almanaque”. O almanaque foi oferecido na forma impressa e virtual (PDF). O questionário foi enviado aos pais e professores de forma virtual pela plataforma do Google Forms, juntamente com o almanaque em PDF, para que tivessem tempo de manuseá-lo e explorá-lo antes de responderem ao questionário. A abordagem dos professores para a explicação das características da pesquisa e a obtenção do TCLE foram feitas nos horários de descanso ou fora do horário das atividades acadêmicas. Como as perguntas foram diretas e se pediam justificativas para as respostas, a análise dos dados foi feita na forma descritiva por análise de conteúdo.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade (CAAE: 58542922.7.0000.5373) e só teve início após a aprovação.

RESULTADOS

Caracterização dos professores participantes da pesquisa

Entre todos os 26 professores da escola, que exercem função no Ensino Fundamental e Ensino Médio, 12 (46%) responderam ao questionário. A amostra foi composta em sua maioria por mulheres, a média de idade próxima dos 40 anos, com atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio e em quase todas as áreas de conhecimento (Tabela 1).

Tabela 1 – Caracterização dos professores participantes da pesquisa

Parâmetros	Resultados
Gênero	10 mulheres cisgêneros 2 homens cisgêneros
Idade (anos)	39,3 ± 8,4* (mínima=22 e máxima=49)
Área de Atuação e Etapa Escolar	7 professores nos anos finais do ensino fundamental 6 professores no ensino médio 1 professor atua nos dois ciclos 2 professores de ciências 2 professores de matemática 1 professor de geografia 1 professor de história 1 professor de língua portuguesa 1 professor de língua inglesa 1 professor de biologia 1 professor de orientação de estudos 1 professor de ciências humanas 1 professor de itinerários formativos 1 professor de disciplina eletiva 1 professor de “todas as áreas”

Fonte: Os autores. * média ± desvio padrão da média

Caracterização dos pais e responsáveis pelos estudantes que participaram da pesquisa

Vinte pais ou responsáveis aceitaram responder ao questionário. Destes, 14 eram mães, cisgêneros, com média de idade de 40,4 ± 6,3 anos (mínima de 28 anos e máxima de 55 anos); 4 (quatro) eram pais, cisgêneros, com média de idade de 38,5 ± 4,5 anos (mínima de 34 anos e máxima de 47 anos); 2 (duas) eram familiares responsáveis, mulheres cisgêneros, com 55 e 58 anos de idade.

Respostas dos professores ao questionário de avaliação da cartilha/almanaque

Todos os professores que responderam ao questionário consideraram a cartilha de forma geral “boa” e justificaram a resposta com adjetivos como: simples e explicativa; objetiva e útil. E fizeram também comentários como: traz informações de maneira lúdica para alunos do ensino básico; as ilustrações auxiliam na compreensão do assunto para o estudante e que as imagens e o texto facilitam a compreensão dos estudantes.

Com relação à pergunta “O texto está claro para os pais?”, todos os professores responderam “sim” e justificaram que a linguagem é acessível ao público de interesse, contém informações claras e palavras de fácil entendimento. Um professor sugeriu incluir um glossário no fim da cartilha, ou no rodapé de cada folha, com o significado de termos novos, pois “alguns não fazem parte do cotidiano”.

Ao serem perguntados se “O texto está claro para os estudantes?”, 11 professores responderam “sim” e 1 “não”. Justificaram a resposta dizendo que os textos são objetivos e adequados para a idade dos estudantes. O professor que respondeu “não”, não justificou sua resposta.

Com relação à pergunta “As atividades propostas na cartilha são adequadas para os estudantes do Ensino Fundamental?”, 11 responderam “sim”, justificando ser um bom material de apoio para atividades escolares, adequados para a idade e que os estudantes têm interesse nas atividades propostas. O professor que respondeu “não”, justificou:

As atividades estão mais adequadas para as crianças mais novas. Para os alunos de 8° e 9° anos, talvez seja interessante trocar algumas atividades, aumentando a dificuldade (Prof. 6).

A pergunta seguinte aos professores foi “As atividades propostas na cartilha são adequadas para os estudantes do Ensino Médio?”, 9 responderam “sim” e 3 “não”. Os professores que disseram “sim” apresentaram poucas justificativas, entre elas que as atividades de “passatempo” interessam até aos adultos ou que as atividades propostas são um bom suporte para o aprendizado. Os que responderam “não” justificaram da seguinte forma:

Talvez precise aumentar a complexidade, mas poderia ser usado em algumas atividades em sala de aula. Podem ser usadas em revisões de conteúdo (Prof. 9).

Poderia ser usado para revisão de conteúdo, mas aumentar a complexidade. Nessa fase talvez já não tenham interesse pelo passatempo (Prof. 2).

O conteúdo e forma se aplica mais ao [ensino] fundamental (Prof. 6).

À pergunta “Os desenhos apresentados na cartilha são fáceis de entender?”, todos responderam “sim” e justificaram que os desenhos são bem claros e apropriados, mas houve esta sugestão:

Talvez não devesse começar pela imagem dos órgãos sexuais, para não impressionar já no primeiro momento (Prof. 7).

A pergunta seguinte foi “Você acha que a cartilha pode ajudar pais e filhos conversarem sobre educação sexual? Por exemplo, discutir juntos as figuras, o texto?”. Onze professores responderam “sim” e justificaram que a cartilha/almanaque poderá ser útil nesse sentido, pois os pais têm muita dificuldade de conversar com os filhos sobre educação sexual. Entre as justificativas destacam-se:

Acredito que é um mecanismo que pode ajudar na comunicação, uma vez que podem realizar as atividades juntos, mas isso iria depender da abertura da família em conversar sobre o assunto (Prof. 8).

Penso que em algumas famílias, essa conversa poderá acontecer. Porém ainda existe um tabu em relação a esse assunto (Prof. 11).

Os pais não interagem nessas questões com os filhos (Prof. 1).

A maioria não conversa com os filhos. Eles têm dificuldade para conversar com os filhos (Prof. 4).

O professor que respondeu “não” justificou:

Os pais não conversam com os filhos ... [e acreditam] que será apenas na escola o local onde a conversa irá acontecer (Prof. 5).

Em relação à pergunta “Tem algum ponto da cartilha que pode causar vergonha ou constrangimento e que você teria dificuldade em conversar com os estudantes ou pais?”, 3 professores responderam “não” e 9 responderam “sim” e apresentaram como justificativas:

Os estudantes ficariam rindo das cruzadinhas, mas seria tranquilo lidar com isso (Prof. 2).

Sugiro não começar pela imagem dos órgãos sexuais, para não impressionar já no primeiro momento (Prof. 7).

À pergunta “Na sua opinião, a partir de que idade essa cartilha poderia ser trabalhada com os estudantes? Por quê?”. As respostas variaram de 9 a 13 anos, mas predominaram as opiniões entre 11 e 12 anos (75%), com as seguintes justificativas:

Eu acredito que a partir dos 12 anos, quando eles estão entrando na puberdade (Prof. 9).

12 [anos], porque é muito importante e eles precisam saber sobre o corpo e a relação sexual (Prof. 3).

Entre os professores que mencionaram idades mais precoces para se trabalhar com a cartilha/almanaque, as justificativas foram:

10 anos, porque a partir do 6º ano [do ensino fundamental] as crianças vão entrando na puberdade e começam a ter contato com outras [crianças] mais velhas, então seria importante já saberem sobre tais assunto (Prof. 8).

9, 10, 11, 12 [anos], porque os mais velhos precisam de outras atividades, talvez games (Prof. 4).

A última pergunta estimulava “Você tem sugestões para a cartilha? Quais?”. As respostas repetiram comentários anteriores, como incluir um glossário, adaptar as atividades propostas conforme a idade das crianças ou ter mais de uma opção de atividades com menor e maior dificuldade.

Respostas dos pais e responsáveis ao questionário de avaliação da cartilha/almanaque

Todos os participantes responderam a todas as perguntas e deixaram seus comentários e contribuições na maioria delas. Em relação à impressão geral sobre a cartilha, 17 participantes disseram ser “boa”, dois disseram ser “regular” e uma participante considerou “ruim”.

Entre os que consideraram a cartilha “boa”, a maioria deixou comentários curtos, como: as crianças precisam aprender sobre o assunto; é lúdica para a faixa etária; de fácil entendimento e traz informações importantes. Duas mães também deixaram suas ponderações sobre educação sexual e expuseram suas dificuldades e dúvidas sobre como conduzi-la:

É necessária a educação sexual dentro de casa e na escola. Estamos vivendo um momento delicado com a sexualidade dos filhos, por isso a importância de educá-los (Mãe 14).

Tratar desse assunto em casa é complicado, sempre que abordo não sei se estou fazendo da forma correta e sendo clara. A cartilha vai me ajudar a tratar o tema com meu filho de forma mais simples, assim espero (Mãe 7).

Uma das mães participantes que considerou a cartilha “regular” justificou que a cartilha é

Boa para discutir o assunto, mas muito cedo para a minha filha que tem 10 anos (Mãe 13).

Outra mãe, que se declarou separada, comentou:

O assunto é muito importante e essencial para os jovens, mas não gostei da história em quadrinhos sobre a gravidez. Ela reproduz um comportamento machista de nossa sociedade de deixar a mulher lidar sozinha com todas as dificuldades da gestação. Se a cartilha é para educar que faça do jeito certo e mostre o jovem e a jovem enfrentando juntos os desafios da gestação na adolescência. Quero que quando meu filho leia a cartilha ele perceba a responsabilidade que é ser pai e não que ele pode fugir e deixar tudo com a jovem e só aparecer quando se sentir confortável (Mãe 6).

A mãe que considerou o almanaque “ruim”, justificou que

No tempo certo as crianças vão aprender sobre sexualidade (Mãe 12).

Em relação às perguntas mais específicas sobre a cartilha/almanaque a resposta “sim” foi unânime para a pergunta “Você acha que as palavras usadas no texto estão claras para seu(sua) filho(a)?”. As justificativas foram variadas:

Uma linguagem de fácil compreensão (Pai 3).

Eu não li ainda com meus filhos, mas achei as palavras claras (Mãe 6).

A linguagem utilizada é clara e de uma maneira tranquila, não causa constrangimento (Resp. 1).

Sim, pois são de fácil entendimento sem ser vulgar (Mãe 11).

Fácil entendimento sem agressividade (Mãe 5).

Talvez claras demais (Mãe 12).

Em relação à pergunta “Os exemplos utilizados no texto são adequados para você?”, também houve unanimidade da resposta “sim” e as justificativas foram frequentes:

São de fácil compreensão (Mãe 7).

Bem exemplificado com a história de adolescentes (Mãe 14).

Consegui entender tudo (Mãe 3).

À pergunta “Os exemplos utilizados no texto são adequados para seu(sua) filho(a)?”, houve 18 respostas “sim” e 2 respostas “não”. Entre os que responderam “sim” destacam-se as justificativas:

Bem exemplificado com a história de adolescentes (Mãe 5).

Sim, porque ajuda a entender o assunto (Mãe 7).

Acho que ele até vê o assunto na Internet e na escola (Resp. 2).

Fatos bem reais e servem de orientação (Pai 1).

Só não gostei do exemplo da história em quadrinhos (Mãe 6).

Eles já sabem bastante, mas muita coisa é da Internet e nem sabemos de onde vem (Mãe 9).

Se eu entendi, eles também vão entender (Mãe 3).

Entre as duas mães que responderam “não” em relação à adequação dos exemplos utilizados, suas justificativas foram:

No tempo certo as crianças vão aprender sobre sexualidade (Mãe 12).

Muito cedo para ela pensar em gravidez (Mãe 13).

Houve também unanimidade em relação às respostas à pergunta “Os desenhos apresentados na cartilha são fáceis de entender?”, todos responderam “sim” e as justificativas mais relevantes foram:

As figuras estão em um tamanho ideal e bem claras (Pai 3).

São desenhos leves, bem lúdicos (Mãe 14).

São benfeitos e bem simples (Mãe 7).

Em relação à pergunta “Você acha que a cartilha pode ajudar os pais a conversarem com os filhos sobre educação sexual? Por exemplo, discutir juntos as figuras, o texto?”, houve 18 respostas “sim” e 2 respostas “não”. Entre os participantes que responderam “sim”, as justificativas mais significativas foram:

A cartilha dará abertura para uma conversa sobre sexualidade e se surgir mais dúvidas podemos conversar a respeito (Mãe 3).

Torna mais fácil explicar sem ter que procurar palavras que causa[m] constrangimento (Pai 4).

Dá um começo para eles poderem perguntar, introduz um assunto na conversa (Mãe 7).

Sim, porque eles vão querer mostrar o material da escola (Resp. 1).

Ajuda a quebrar o gelo, principalmente se a escola mandar como tarefa de casa (Mãe 11).

Acredito que sim, pois muitos pais não sabem como conversar sobre educação sexual com os filhos e a cartilha pode ser um ponto de partida (Mãe 8)

Facilita, abre essa porta sobre o assunto (Mãe 10).

Acho que os meus filhos têm que aprender tudo (Mãe 14).

Entre os participantes que responderam “não”, uma das mães apresentou a seguinte justificativa:

No tempo certo as crianças vão aprender sobre sexualidade (Mãe 12).

Com relação à pergunta “Tem algum ponto da cartilha que pode causar vergonha ou constrangimento e que você teria dificuldade em conversar com seu(sua) filho(a)?”, 16 participantes responderam “sim” e as justificativas relevantes foram:

As figuras de órgãos sexuais (Mãe 11).

Sempre difícil conversar sobre características do sexo oposto aos dos meus filhos, mas é necessário (Mãe 5).

A parte difícil é conversar (Mãe 9).

Muita gente vai achar que sim, mas vai ajudar (Resp. 2).

É difícil falar nesse assunto, mas é por isso mesmo que é bom (Mãe 4).

À pergunta “Você tem sugestões para a cartilha? Quais sugestões?”, foram apresentadas várias sugestões e as mais relevantes foram:

Colocar em todas as escolas (Mãe 3).

Colocar as figuras de órgãos sexuais mais no meio do livro (Mãe 12).

Avisar os pais pra gente se preparar, ou fazer uma para os pais lerem antes (Mãe 8).

Talvez ser [apresentado] em partes, para ir aos poucos. A historinha poderia ser uma parte (Mãe 7).

Eu sugiro poder ser por partes, de acordo com a idade, para não assustar os pais e a conversa ir surgindo (Mãe 10).

Talvez alguns pais prefiram que tenha para menina[s] e para meninos (Pai 4).

A última pergunta era “Na sua opinião, a partir de que idade se deve mostrar essa cartilha aos estudantes? Por quê?”, as respostas foram bastante variadas. Um dos participantes respondeu aos 8 ou 9 anos de idade, um respondeu aos 9 ou 10 anos de idade, quatro responderam aos 10 anos de idade, quatro responderam aos 11 anos de idade, quatro responderam aos 12 anos de idade, três responderam aos 13 anos de idade e um respondeu aos 16 anos de idade. A mediana foi de 12 anos, a média de 11,8 anos, a idade mínima sugerida de 8 anos e a máxima de 16 anos. Uma participante apresentou a seguinte justificativa para utilizar a cartilha mais precocemente:

9 ou 10 anos, pois é a idade onde começa a curiosidade sobre o sexo (Mãe 3).

Os participantes que opinaram pela média (entre 11 e 12 anos) justificaram como:

11 anos, quando os jovens entram para o ensino fundamental e começam a ter uma percepção diferente do ambiente escolar, com o convívio com os alunos mais velhos (Mãe 4).

Meu filho entrou na adolescência muito cedo, minha opinião é aos 12 anos (Mãe 13).

12 anos, pois elas já começam a perceber as diferenças (Mãe 9).

12 anos, pois esta idade é onde começam as dúvidas e curiosidade (Resp. 2).

Entre os participantes que opinaram por utilizar a cartilha/almanaque mais tardiamente, o que sugeriu 16 anos não apresentou justificativa e outro justificou-se da seguinte forma:

13 anos, pois é nessa idade que iremos entender de tudo (Mãe 5).

DISCUSSÃO

A avaliação do Almanaque Educação Sexual foi feita com a participação dos professores, mães, pais e outros responsáveis pelos estudantes de uma escola urbana, da área central de um município de grande porte do Estado de São Paulo. Esta escola tem o índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb) semelhante à média do município, entretanto está acima das escolas das áreas periféricas do mesmo município e acima do Ideb das escolas públicas do Brasil e do Estado de São Paulo¹⁵.

Os dados dos docentes que responderam ao questionário e avaliaram o almanaque observam que a amostra é semelhante aos dados dos docentes que atuam no país, em relação ao sexo e idade¹⁶. A maioria dos docentes participantes da pesquisa é do sexo feminino e a média de idade de 39 anos. O Censo Escolar da Educação Básica 2022 mostra que no Brasil, nos anos finais do Ensino Fundamental, 66,1% dos professores são do sexo feminino e as idades variam entre 30 e 49 anos¹⁶.

Em relação às mães, pais e responsáveis que participaram da pesquisa, as idades variaram entre 22 e 49 anos. A média de 40 anos para as participantes do sexo feminino e 39 anos para os participantes do sexo masculino representa o esperado, considerando dados do IBGE que mostram que, em 2010, as mulheres entre 20 e 29 anos representam 50% das mães dos recém-nascidos, com aumento do número de mães com mais de 30 anos¹⁷.

Em relação aos dados da avaliação do Almanaque, na visão geral dos participantes, a cartilha/almanaque foi considerada boa e fizeram muitos comentários e sugestões para contribuir na construção do material. Como esperado, também houve manifestações contrárias, mas em proporção bem menor.

Vários estudos têm ressaltado as dificuldades que os pais têm em discutir o tema educação sexual com seus filhos e a consequência natural é que os adolescentes procurem as informações sobre sexualidade em outras fontes, ao invés de conversarem com os pais. Nery e colaboradores¹⁸, em um estudo descritivo de abordagem qualitativa, entrevistaram 22 pais e identificaram que, além das dificuldades que os estes têm em abordar o tema sexualidade e educação sexual, quando o fazem o tratam de maneira superficial. Furlanetto, Marin e Gonçalves¹² mostraram que embora o ambiente familiar e o escolar sejam os locais onde mais se discute sobre educação sexual, essas discussões habitualmente limitam-se à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e gravidez. Os pais sentem-se despreparados e tímidos para discutir educação sexual e principalmente sexualidade com os filhos, além de considerarem que falar sobre o tema possa antecipar a prática sexual. Como mencionou uma participante, o sexo oposto de pais e filhos é apontado como um fator que dificulta o diálogo entre eles, tornando a discussão sobre o tema ainda mais penosa^{18,19}.

Nesse sentido, na avaliação do Almanaque Educação Sexual pelos participantes, há repetidos relatos sobre a dificuldade que os pais têm em tratar o tema com os filhos e veem com entusiasmo a disponibilidade do almanaque como um bom instrumento e uma oportunidade para aproximá-los dos filhos nessa discussão. O almanaque poderá ser um facilitador, particularmente para motivar e iniciar o diálogo.

Nos dois grupos de participantes predominou a opinião de que a idade adequada para apresentar o almanaque aos estudantes e trabalhar com ele seria 11 anos ou mais, mas foi mais diversificada entre as mães, pais e responsáveis, com sugestões que variaram entre 8 e 16 anos. As justificativas para aqueles que consideraram idades superiores aos 11 anos foi o fato de os estudantes entrarem em contato com estudantes mais velhos quando vão para o 6º ano do Ensino Fundamental. Entre os participantes que consideraram o almanaque adequado para os estudantes com 12 anos ou mais, a justificativa foi que eles entram na puberdade aos 12 anos e começam a conhecer o seu corpo e ter curiosidades a partir dessa idade, entretanto as mudanças físicas da infância para a fase adulta nos brasileiros iniciam-se antes dos 11 anos de idade^{20,21}.

A PeNSE de 2019 mostra que mais de um terço dos escolares com idades entre 13 e 17 anos de idade já tiveram relação sexual alguma vez¹¹. Destes, mais de um terço tiveram a primeira relação sexual com 13 anos ou menos e essa proporção é ainda maior entre os estudantes da rede de ensino pública¹¹. Por estas razões, a família e a escola precisam ser motivadas a tornar a educação sexual uma prática rotineira, de maneira a dar aos adolescentes segurança sobre suas decisões ao longo de todo o processo da sua formação e não como um marco temporal relacionado à vida sexual ativa.

Os dados da PeNSE reforçam ainda a importância de existirem políticas públicas que incluam efetivamente a educação sexual como tema transversal ao longo de todo o Ensino Fundamental, para que os docentes e responsáveis pelos estudantes sejam instrumentalizados para iniciar o processo de discussão com as crianças e os adolescentes e estes possam fazer suas escolhas com conhecimento e proteção, no momento adequado.

Alguns estudos indicam que embora os adolescentes considerem a família e a escola fontes seguras para a discussão do tema educação sexual, sentem que os adultos não estão preparados para essa discussão^{12,22}. As pesquisas apontam também para a necessidade de usar métodos participativos no processo de ensino-aprendizagem e a necessidade de ir além da abordagem dos temas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e da gravidez na adolescência^{12,19,23}.

Há vários modelos de cartilhas e documentos educativos criados e disponíveis para auxiliar a apresentação e discussão do assunto educação sexual nas escolas, todos estimulam a discussão do tema de forma técnica, abrangente e atual²⁴⁻²⁸. Nenhum, porém, é parecido com esse almanaque, dirigido aos estudantes e aos seus pais ou responsáveis, que possui atividades a serem desenvolvidas e interatividade.

O documento do Ministério da Saúde, publicado pela primeira vez em 2009 e atualizado, a Caderneta de Saúde do Adolescente, uma para as adolescentes femininas²⁴ e outra para os adolescentes masculinos²⁵, além de estimular o conhecimento pessoal e do próprio corpo em transformação, são muito didáticas, abrangentes e abordam vários temas sobre a saúde dos adolescentes, inclusive sexualidade e educação sexual, mas omitem o assunto da identidade de gênero. O documento Orientação Técnica Internacional Sobre Educação em Sexualidade Unesco²⁶ e a Cartilha Educação Sexual, de Dias e Fontana²⁷, fazem uma abordagem direcionada aos professores e educadores em saúde, ancorada na literatura científica. A Cartilha de Educação em Sexualidade da UEPG-Proex é direcionada aos adolescentes, com textos e ilustrações²⁸.

Neste contexto, o presente Almanaque Educação Sexual pode apresentar-se como uma alternativa mais lúdica e ativa para a discussão do tema, como apontado pelos participantes da pesquisa. Nos Estados Unidos da América o programa de educação sexual do Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) em associação com escolas e serviços de saúde tem demonstrado bons resultados de proteção aos adolescentes²⁹.

Por fim, os participantes da avaliação foram estimulados a apresentar comentários e sugestões que pudessem ser incorporados ao almanaque para aperfeiçoá-lo. Entre as sugestões apresentadas destacam-se: oferecer e estimular o uso do almanaque em todas as escolas; enviar o almanaque com antecedência aos pais para que estes se preparem para discutir com os filhos; apresentar o material do almanaque em partes e de acordo com a idade, para facilitar a tarefa dos pais; deslocar as figuras de órgãos sexuais do início para o meio do almanaque; incluir um glossário no documento.

Oferecer e estimular o uso do almanaque em todas as escolas é um comentário que sugere que os pais tenham ficado satisfeitos com a forma e o conteúdo do almanaque e desejam que todos possam ter acesso a ele e dele se beneficiem.

A sugestão de deslocar as figuras de órgãos sexuais do início para o meio do almanaque expressa a preocupação de que a apresentação anatômica dos órgãos sexuais masculino e feminino, já no início do almanaque, cause constrangimento. Desde a concepção e durante a produção do

almanaque, entretanto, houve precaução para que as figuras com as representações anatômicas fossem desenhos neutros e técnicos, que devem ser reconhecidos como partes integrantes do corpo humano, sem preocupações com preconceitos, mas como informações iniciais necessárias para as atividades propostas, dentro de uma sequência lógica. Por isso foram mantidas no início, justamente para auxiliar os pais.

Em relação à sugestão de professores de incluir um glossário com as palavras menos recorrentes no cotidiano não foi aceita pelos autores, pois considerou-se que a busca de soluções para eventuais dificuldades poderia ser facilitadora do diálogo entre pais e filhos, uma vez que os pais disseram que não encontraram dificuldades com o vocabulário utilizado. Além disso, eventuais termos desconhecidos ou geradores de dúvidas poderiam favorecer a busca de conhecimento compartilhado, ou o esclarecimento das dúvidas com as professoras, intensificando o processo de discussão a partir do almanaque.

A sugestão de apresentar o almanaque por partes ou antecipadamente aos pais está perfeitamente no seu escopo e previsto nas diferentes formas de utilizá-lo. Assim, cada professor poderá escolher o conteúdo que pretende usar com os estudantes e pais, a cada vez que pretender utilizá-lo.

As principais contribuições do estudo foram constatar que o Almanaque Educação Sexual atende às necessidades de professores e pais/responsáveis no processo de educação sexual dos estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental e Ensino Médio e foi considerado pelos participantes como uma boa estratégia para aproximar pais e filhos nessa difícil tarefa.

A principal limitação do estudo foi promover a avaliação do almanaque em uma única escola pública de uma área relativamente central de uma cidade de grande porte, o que pode não representar o todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opinião dos professores, pais e responsáveis pelos estudantes dos últimos anos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio da escola pública estadual pesquisada foi amplamente favorável ao Almanaque Educação Sexual proposto.

Com raras exceções, os participantes da pesquisa consideraram adequadas a estrutura do almanaque, a linguagem, as figuras, as atividades e igualmente os exemplos apresentados. Quando discordaram expressaram as razões com clareza.

Para os professores, o almanaque pode sim ajudar pais e filhos a conversarem sobre educação sexual, porém a maioria comenta que os pais e responsáveis exercem pouco essa tarefa educativa que, quase sempre, é deixada para a escola.

A quase totalidade dos pais e responsáveis pelos estudantes dessa escola pública estadual consideram que o almanaque poderá auxiliá-los na tarefa de discutir a educação sexual com os filhos, facilitando a aproximação e servindo como um roteiro adequado para essas conversas que, na opinião da maioria, são difíceis, permeadas por tabus e para as quais não se sentem preparados.

Pais e professores têm opinião semelhante sobre a idade (11 anos ou mais) em que o instrumento deva ser apresentado às crianças e adolescentes. Muito sugerem fornecer as informações por partes, o que também é a opinião dos pesquisadores.

Os professores e os pais ofereceram sugestões construtivas para o aperfeiçoamento do almanaque e muitas foram incorporadas ao texto.

REFERÊNCIAS

- ¹ World Health Organization (WHO). Maternal, Newborn, Child and Adolescent Health and Ageing. 2024. [acesso 16 jan. 2024]. Disponível em: <https://platform.who.int/data/maternal-newborn-child-adolescent-ageing/adolescent-data>
- ² Furlanetto MF, Lauermaann F, Costa CBD, Marin AH. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cad Pesqui.* 2018;48(168):550-571. DOI: <https://doi.org/10.1590/198053145084>
- ³ Roman Lay AA, Fujimori E, Simões Duarte L, Vilela Borges AL. Prevalence and correlates of early sexual initiation among Brazilian adolescents. *PLoS ONE.* 2021;16(12):e0260815. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0260815>
- ⁴ WHO. Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines. Geneva: World Health Organization; 2017. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO. [acesso em 3 jun. 2023]. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789241550147>
- ⁵ Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. [acesso em 3 jun. 2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- ⁶ Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília. [acesso em 3 jun. 2023]. 23 dez. 1996;134(248):27833-27841. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LF9394_96.pdf
- ⁷ Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos de ensino fundamental. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF; 1998. [acesso em 16 mar. 2023]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf>
- ⁸ Brasil. Ministério da Educação. Parâmetros curriculares nacionais (Ensino Médio). Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, Brasília, DF; 2021. [acesso em 16 mar. 2023]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/CienciasNatureza.pdf>
- ⁹ Brasil. Base Nacional Comum Curricular. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília, DF, 2017. [acesso em 15 mar. 2023]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf
- ¹⁰ Brasil. Lei nº 14.164, de 10 de junho de 2021, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. Brasília, DF; 2021. [acesso em 3 jun. 2023]. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.164-de-10-de-junho-de-2021-325357131>
- ¹¹ Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019. Brasília, DF; 2021. [acesso em 22 fev. 2023]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>
- ¹² Furlanetto MF, Marin AH, Gonçalves TR. Acesso e qualidade da informação recebida sobre sexo e sexualidade na perspectiva adolescente. *Estud Pesqui Psico.* 2019;19(3):644-664. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.46907>
- ¹³ Peixoto MT, Jesus WLA, Carvalho RC, Assis MMA. Formação médica na Atenção Primária à Saúde: experiência com múltiplas abordagens nas práticas de integração ensino, serviço e comunidade. *Interface (Botucatu).* [acesso em 3 jun. 2023]. 2019;23(Supl. 1):e170794. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.170794>
- ¹⁴ Custódio CG, Leonardo F, Niero HB, Tagnin LH, Bertonha LL, Sousa RS, et al. Educação sexual no ensino básico: o estudante de medicina como educador. *REAS/EJCH.* 2021;13(2):e5501. [acesso em 3 jun. 2023]. DOI: <https://doi.org/10.25248/reas.e5501.2021>
- ¹⁵ Brasil. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Brasília, 2022. [acesso em 3 jun. 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>
- ¹⁶ Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022: Resumo Técnico. Brasília, 2023. [acesso em 3 jun. 2023]. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2022.pdf
- ¹⁷ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE; 2012. [acesso em 3 jun. 2023]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=35938&t=series-historicas>
- ¹⁸ Nery IS, Feitosa JJDM, Sousa AFLD, Fernandes ACN. Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes.; *Acta Paul Enferm.* 2015;28(3):287-92. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201500048>

- ¹⁹ Lima LV, Pavinati G, Marcon SS, Baldissera VDA, Magnabosco GT. Educação sexual com adolescentes no contexto familiar à luz da (anti)dialogicidade freireana. *Interface. Botucatu.* 2023;27:e220651. DOI: <https://doi.org/10.1590/interface.220651>
- ²⁰ Matsuo LH, Adami F, Silva DA, Vasconcelos FAG, Longo GZ, Schoueri JHM, et al. Assessment of the median ages at sexual maturation stages of Brazilian schoolchildren according to overweight status and type of school over a 5-year period: 2007-2012/2013. *Am J Hum Biol.* 2021;34(4):e23677. DOI: <https://doi.org/10.1002/ajhb.23677>
- ²¹ Feibelmann TCM, Silva AP da, Santos JPP, Almeida EG de, Palhares HM da C, Borges M de F. Puberty in a sample of Brazilian schoolboys: onset and anthropometric characteristics. *Rev Paul Pediatr.* 2021;39:e2019109. DOI: <https://doi.org/10.1590/1984-0462/2021/39/2019109>
- ²² Danzmann PS, Vestena LT, Pinto da Silva AC, Reis Peixoto MJ. Educação sexual na percepção de pais e adolescentes: uma revisão sistemática. *Rev Psicol Divers Saúde.* 2022;11:e3981. DOI: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rps.2022.3981>
- ²³ Torres-Cortés B, Leiva L, Canenguez K, Olhaberry M, Méndez E. Shared Components of worldwide successful sexuality education interventions for adolescents: a systematic review of randomized trials. *Int J Environ Res Public Health.* 2023;20:4170. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph20054170>
- ²⁴ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde de Adolescente e Jovem. Caderneta de Saúde da Adolescente. [acesso em 4 jun. 2023]. Brasília. 2013. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_adolescente_feminina.pdf
- ²⁵ Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde de Adolescente e Jovem. Caderneta de Saúde do Adolescente. [acesso em 4 jun. 2023]. Brasília, 2014. Disponível em: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_saude_adolescente_masculino.pdf
- ²⁶ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (Unesco). Orientações técnicas internacionais de educação em sexualidade. Uma abordagem baseada em evidências. 2019. [acesso em 16 jan. 2024]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000369308>
- ²⁷ Dias CN, Fontana RT. Educação sexual. Santo Ângelo. Ediuri, 2020. [acesso em 4 jun. 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/571103/1/EDUCA%C3%87%C3%83O%20SEXUAL.pdf>
- ²⁸ Araújo ACF, Pereira BLR, Pereira CM, Meijerink CI, Consul CC, Mueller EV, et al. Cartilha de educação em sexualidade. UEPG-PROEX; 2022. [acesso em 4 jun. 2023. Disponível em: <https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2022/11/Cartilha-Ed.-Sexual-LASF.pdf>
- ²⁹ Wilkins NJ, Raspberry C, Liddon N, Szucs LE, Johns M, Leonard S, et al. Addressing HIV/sexually transmitted diseases and pregnancy prevention through schools: an approach for strengthening education, health services, and school environments that promote adolescent sexual health and well-being. *J Adolesc Health.* 2022;70(4):540-9. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2021.05.017>

Submetido em: 13/9/2023

Aceito em: 24/1/2024

Publicado em: 12/8/2024

Contribuições dos autores:

Maria Valéria Pavan: Supervisão, conceituação, obtenção de financiamento, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, disponibilização de ferramentas, redação do manuscrito original, redação – revisão e edição.

Rafaella de Almeida Sousa: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, disponibilização de ferramentas, redação – revisão e edição.

Luisa Hercowitz Tagnin: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação, metodologia, administração do projeto, disponibilização de ferramentas, redação – revisão e edição.

Luiza Lista Bertonha: Conceituação, curadoria de dados, investigação, metodologia, administração do projeto, disponibilização de ferramentas, redação – revisão e edição.

Rebeca da Silva Sousa: Conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação metodologia, administração do projeto, disponibilização de ferramentas, redação – revisão e edição.

Helena Boldrini Niero: Conceituação, curadoria de dados, investigação, metodologia, administração do projeto, disponibilização de ferramentas, redação – revisão e edição.

Fernando Antonio de Almeida: Supervisão, conceituação, curadoria de dados, análise formal, investigação metodologia, administração do projeto, disponibilização de ferramentas, redação do manuscrito original, redação – revisão e edição.

Todos os autores aprovaram a versão final do texto.

Conflito de interesse: Não há conflito de interesse.

Financiado por: Plano de Incentivo à Pesquisa (PIPEq) da PUC-SP

Autor correspondente:

Fernando Antonio de Almeida

Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC-SP, *Campus Sorocaba-SP*

Rua Joubert Wey 290 – CEP 18030-070 – Sorocaba/SP, Brasil.

faalmeida@pucsp.br

Editor: Dr. Oclaris Lopes Munhoz

Editora-chefe: Dra. Adriane Cristina Bernat Kolankiewicz

Este é um artigo de acesso aberto distribuído
sob os termos da licença Creative Commons.

